

ENTREVISTA

Foi Presidente da República Federativa do Brasil por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2002, ganhando ambas as eleições por maioria absoluta de votos. Nascido no Rio de Janeiro em 1931, Cardoso formou-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo em 1952. Doutorou-se em Ciência Política na mesma instituição em 1961 e fez também estudos de pós-graduação na Universidade de Paris. Com o golpe militar brasileiro de 1964, exilou-se inicialmente no Chile e depois na França. Lecionou na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e na Universidade do Chile. Em Paris, lecionou na Universidade de Paris-Nanterre. De volta ao Brasil, em 1968, conquistou a cátedra de Política da USP e, um ano mais tarde, fundou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). No âmbito político, Cardoso envolveu-se profundamente na oposição ao regime militar brasileiro (1964-1985) e, assim, na luta pela democracia no Brasil. Eleito senador por São Paulo em 1982, ele foi membro fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), além de ocupar os cargos de Ministro do Estado das Relações Exteriores (1992-1993) e de Ministro do Estado da Fazenda (1993-1994) durante o governo de Itamar Franco.

Sociólogo e político, Fernando Henrique Cardoso emergiu desde o fim da década de 1960 como um dos mais influentes analistas sobre as transformações sociais em larga escala, o desenvolvimento internacional, a democracia e as reformas estatais.

Atualmente, Cardoso é presidente da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (FiFHC, São Paulo) e presidente de honra do Diretório Nacional do PSDB. Preside também a Comissão Global sobre Política de Drogas e é um dos doze membros dos Elders, grupo independente de líderes globais que trabalham juntos pela paz e os direitos humanos, criado em 2007 por Nelson Mandela. Cardoso é membro, ainda, das diretorias do Clube de Madri, formado por ex-chefes de governo e de Estado democráticos, e do Inter-American Dialogue (Washington, D.C); membro consultivo da Clinton Global Initiative (New York, NY); do World Resources Institute (Washington, D.C); do Thomas. J. Watson Jr. Institute for International Studies da Universidade de Brown (Providence, RI); e da United Nations Foundation (New York, NY). Distinguido com numerosas condecorações e homenagens, recebeu em julho de 2012 o Prêmio John W. Kluge para o estudo da humanidade, concedido pelo Centro John W. Kluge da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos.

A entrevista a seguir transcrita foi concedida aos professores Ana Elisa Liberatore S. Bechara (AEB) e Ignacio Berdugo (IB) aos 22 de abril de 2014, na sede da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso.

SOBRE A DEMOCRACIA

AEB: No último mês de abril lembrávamos os 50 anos do golpe militar de 1964. Diante desse marco, e inclusive em razão dos trabalhos das Comissões da Verdade instituídas no país em diferentes níveis, tem-se discutindo com mais profundidade sobre o significado e efeitos do regime militar vivenciado pelo Brasil entre 1964 e 1984. A seu ver, qual é a herança desse regime para a atual democracia brasileira?

Fernando Henrique Cardoso: Fui membro da Assembleia Nacional Constituinte e participei das campanhas pela redemocratização e das greves e movimentos sociais nesse sentido. Era muito vivo em todos nós o que havia acontecido. A herança deixada pelo regime militar, além do próprio golpe, foi a violência, a tortura, a censura, enfim o horror decorrente da falta de liberdade. Justamente por isso, a Constituição Federal de 1988 é repleta de detalhes - o que chega a torná-la complicada e confusa -, com o objetivo de assegurar as liberdades. Claro que desse ponto até a concretização da democracia há uma distância grande, a ser preenchida com a constituição de instituições e tantos outros elementos. De todo modo, a quebra do regime anterior pelo golpe militar deixou todos marcados e agora se analisa mais profundamente o que aconteceu. O golpe não tinha o propósito de ser o que acabou sendo. Não havia clareza aos responsáveis pelo golpe quanto à ideia de acabar com a democracia. Tanto é assim que nunca os militares aceitaram a ideia de não existir eleição e nesse período houve a mudança de Presidente a cada 5 ou 6 anos, por meio de eleição, ainda que forjada ou fictícia. Não se afirmava que fosse uma ditadura, nem se defendia esta ideia. Nesse sentido, também não se fechou o Congresso, com exceção de alguns momentos, o que fez uma grande diferença, porque sempre havia a ideia de que a legitimidade daquilo que estavam fazendo era democrática – e evidentemente não o era. Hoje podemos afirmar que há muitos problemas no Brasil, inclusive institucionais, mas as liberdades fundamentais são asseguradas. Isso foi o que sobrou.

Outro elemento importante a partir do golpe militar foi a melhor organização de determinados setores da vida brasileira. Se analisarmos sociologicamente o que aconteceu em São Paulo entre os anos 1950 e 1960, após o término da Segunda Guerra, houve o início de uma migração rural-urbana muito acentuada, e, nesse contexto, o Governo viu-se limitado diante de tantas demandas sociais. Já nos anos 1950 havia greves, manifestações e muita ação política. E o governo não tinha como atender e essas crescentes demandas relacionadas à educação, à saúde e à habitação, todas frutos do grande número de pessoas que chegavam. De fato, nos anos 1970, São Paulo crescia 5% ao ano (o que correspondia, em um universo de 5 milhões de pessoas, a chegada de 250 mil novos habitantes por ano), representando um enorme desafio. Entende-se, assim, o sentido do que ocorreu após o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que tentou responder ao crescimento social por meio do crescimento da economia, esquecendo-se, porém, que a inflação também poderia representar um problema. Depois, tivemos Jânio Quadros (1961), que renunciou após tentar protagonizar um golpe de Estado (por acreditar ser necessário fazer uma ditadura pessoal) que não deu certo. Após a renúncia de Jânio, os militares condicionaram o governo de Jango (João Goulart), que se deu sob a forma de parlamentarismo, mas logo em seguida Goulart ganhou um plebiscito que resultou no retorno ao presidencialismo em 1963. A partir daí, passou-se a discutir sobre reformas de base: agrária, urbana, universitária, embora não se soubesse exatamente o que elas eram. Assim, por exemplo, no âmbito do que se entendia ser a reforma agrária, o presidente Goulart assinou um decreto, no dia 13 de março de 1964, desapropriando uma faixa de 50 quilômetros de cada lado das estradas federais; o que, na verdade, não constitui reforma agrária, e sim uma possibilidade do Governo vir a fazê-la. Da mesma forma, não se sabia o que era reforma urbana; as

peças tinham medo de perder suas casas. O que as reformas significavam? Tudo estava muito caótico. No governo de Castelo Branco (1964-1967), o primeiro após o golpe militar, tentou-se organizar a economia, com Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos. Tal organização possibilitou nos anos seguintes um crescimento da economia. De fato, assistiu-se a um regime autoritário que acabou com as demandas sociais, que, ao invés de serem atendidas, foram estancadas, investindo-se tudo na economia. Nesse contexto, nos anos 1970 o Brasil crescia cerca de 9 a 10% ao ano, continuamente. Falava-se no “milagre brasileiro”. O povo, que não tinha educação ou saúde, beneficiou-se um pouco com essa política, nomeadamente com os empregos criados, o que acarretou apoio aos militares, que seguiam ganhando as eleições. Tais atitudes, porém, deixaram um déficit social enorme.

Com o processo de redemocratização, veio a democracia e o preenchimento, pouco a pouco, do déficit social. Todos esses fatos constituem a herança atual da democracia, incluindo-se aí muita violência e tortura.

AEB: O senhor já afirmou que a América Latina adotou uma maquinaria democrática, mas não a alma da democracia. Por que temos ainda tanta dificuldade em ultrapassar a ideia formal de democracia política para atingir a democracia concreta? Como acabar com essa desigualdade perante a lei? E, nesse sentido, não temos justamente na esfera política o pior exemplo possível?

Fernando Henrique Cardoso: No Brasil ainda temos uma desigualdade muito marcante forte perante a lei e em tudo. Uma coisa é possuir instituições democráticas - que nós temos -, como partidos políticos, eleições, etc. Outra coisa, muito distinta, é possuir uma cultura democrática. O problema no Brasil é que a cultura não é democrática, é uma cultura de privilégios, de exclusão, de “você sabe com quem está falando?”. Essa tradição cultural tem origem no mundo ibérico e foi agravada pela escravidão, resultando no que vivenciamos atualmente. Somos uma sociedade curiosa, pois aceitamos diferenças com mais facilidade que outras sociedades, desde que “cada macaco esteja em seu galho”, isto é, embora haja uma relação cordial, a hierarquia é grande. Em outras sociedades, a relação não é cordial, mas a hierarquia é menor. Assim, por exemplo, os americanos não gostam da igualdade, mas a aceitam, por respeito à lei. No Brasil, a lei é vista de forma diferente. Como dizia Getúlio Vargas: “a lei, ora a lei...”. Aqui há uma certa contradição entre o espírito indulgente em relação às diferenças e uma prática muito desigual, e esse é nosso grande problema. Portanto, não é que não tenhamos instituições democráticas; o que ainda não temos é o sentimento democrático. Nesse contexto, desrespeitar a lei não é visto com repugnância. Veja-se, por exemplo, a corrupção, hoje muito ampla no Brasil. O mais grave, nesse caso, a ver como as pessoas consideradas corruptas são aceitas na sociedade. Se forem bem sucedidas financeiramente, essas pessoas não são postas à margem da sociedade brasileira. Então, o que necessitamos é de uma pedagogia democrática. Não basta ter instituições, é preciso pregar os valores da igualdade, não só perante a lei, mas também da igualdade social, pelo menos em relação às oportunidades. Hoje no Brasil já há uma consciência de que é necessário esse tratamento igualitário, mas se trata, na verdade, de um processo, o qual depende que todos aceitem essa cultura mais democrática, e não de um mero ato de vontade do governante.

AEB: O senhor defende que a política não é tema de um partido, uma instituição ou um líder. Então, se a política deve ser tema de todos, como pode haver uma convergência se não há debate social e, mais do que isso, se a sociedade não confia nas instituições?

Fernando Henrique Cardoso: Vivenciamos atualmente um problema complicado, que não é só nosso: o problema da democracia representativa. Tem-se uma desconfiança em relação aos representantes, aos líderes e às próprias instituições. Esse é um problema geral que está longe de ser resolvido no mundo ocidental. Como hoje se tem mais acesso à informação e maior capacidade de conexão uns com os outros pela internet e demais meios modernos, salta-se as instituições e protesta-se, mas no dia seguinte já não se sabe o que fazer. Nem as instituições se modificam pelo protesto, nem as pessoas continuam protestando. Assim as manifestações cessam e depois surgem novos protestos.

IB: Você não crê que as estruturas jurídicas de representação institucionais estão diante de outro modelo/realidade social que a atual? A opinião pública que antes somente estava no jornal da manhã agora está nas redes sociais.

Fernando Henrique Cardoso: De fato, a opinião pública está o tempo todo nas redes sociais. Quanto às estruturas jurídicas de representação, isso não está resolvido. Como substituir a representação? Como conciliá-la com esse tipo de possibilidade de demanda direta? É claro que as coisas mudaram. Assim, por exemplo, no próprio Congresso Nacional não se pode aprovar nada sem antes realizar uma audiência pública, submetendo o tema a outros que não são parlamentares. O próprio governo, antes de aprovar uma determinada lei, expõe o texto por meio da internet a fim de verificar a respectiva reação social. Começa, portanto, a existir uma nova interação político-social, mas ainda não existe um novo modelo. Não se trata de uma substituição da democracia representativa, mas sim de uma ampliação com o objetivo de fazer conter dentro das formas institucionais a possibilidade organizada de opinião por parte de quem não é representante.

IB: Essa crise institucional afeta os três Poderes?

Fernando Henrique Cardoso: Sim, afeta. No Brasil, por exemplo, há uma situação curiosa: a Suprema Corte opina em público. Do ponto de vista das consequências é positivo, pois os juízes precisam argumentar de modo que as pessoas entendam, e mudam seus pontos de vista. Há uma pedagogia nisso.

AEB: Ao mesmo tempo em que a sociedade não confia nas instituições, de forma contraditória espera sempre muito do Estado, como se fosse exclusivamente sua missão solucionar as necessidades sociais. Como é possível, nesse contexto, mudar essa cultura e estabelecer/incentivar as parcerias entre o Estado e os diversos setores privados com o fim de desenvolver políticas convergentes?

Fernando Henrique Cardoso: O denominado paternalismo estatal é, de certo modo, nossa cultura tradicional. As pessoas não confiam no Estado, mas tampouco realizam coisas sozinhas, demandando a todo modo momento a ele. Não somos anglo-saxões, e sim católicos corporativistas. Nesse sentido, levará algum tempo para que sejam desenvolvidas parcerias entre o Estado e os setores privados. Porém, sem dúvida, já se avançou nesse tema. De fato, não se pode afirmar que nossa cultura atual seja igual à de 50 anos atrás. Hoje a presença popular é muito maior. Há um certo individualismo não egoísta. Voltando ao tema da internet, verificamos ser muito curiosa a relação das pessoas com esse meio de comunicação, pois elas estão sozinhas em casa, mas ao mesmo tempo conectadas, e querem que sua voz seja ouvida. As pessoas não são indiferentes ao coletivo, como ocorria no antigo individualismo. Atualmente não se

aceita só o individualismo ou só o coletivismo, havendo uma mistura. A questão é: como fazer isso?

Ao se comparar os dias atuais com o passado, verifica-se, portanto, ter havido grandes modificações sociais. Se antes a sociedade civil era um conceito quase inútil, considerando-se apenas o Estado, hoje o conceito de sociedade civil não só está presente, como se revela fundamental.

AEB: Ainda em relação à política, o senhor tratou em diversas ocasiões sobre a dicotomia política entre esquerda e direita, chegando a afirmar que atualmente não é possível identificar uma direita política. Houve uma mudança geral, não só no Brasil, resultando na crise dos partidos políticos. Como identificar politicamente os partidos? Ainda é possível identificar projetos políticos ou mesmo ideológicos?

Fernando Henrique Cardoso: Nesse momento, no Brasil, é muito difícil caracterizar os partidos políticos por projetos ideológicos. E mais: os partidos estão tão desconectados da sociedade que, na verdade, tornaram-se partidos congressuais. Os únicos partidos políticos não congressuais eram o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista, mas pouco a pouco também eles estão se transformando partidos instrumentais. De fato, no Congresso Nacional ocorre algo regressivo, em movimento oposto ao da sociedade: os deputados formam partidos a fim de ter a possibilidade de participar do orçamento. No México, no tempo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), havia a expressão “fuera del presupuesto no hay salvación”. Atualmente no Brasil, fora do orçamento também não há salvação. Os partidos organizam-se para conseguir um Ministério, uma Secretaria, um cargo, ou seja, têm função meramente instrumental.

Os partidos políticos hoje preferem não dizer o que pensam, preferem não ter uma opinião contra ou a favor de algo referente a um tema controverso, pois não querem perder votos. Isso provoca o aumento da falta de identidade do povo com os partidos, pois estes não discutem o que as pessoas estão a discutir, como o aborto, a maioria penal, etc. Nesse contexto, os partidos preferem não exprimir concepções ideológicas, dedicando-se, assim, a outras coisas, como negociar com o Governo a participação de verbas do orçamento para a realização de obras.

De outro lado, é preciso observar que a noção de cidadania no Brasil se revela um pouco fictícia, pois o eleitor do deputado não é o cidadão, mas sim uma organização intermediária, como uma igreja, um clube de futebol, uma empresa ou uma prefeitura. Esses são os verdadeiros eleitores, e não quem vota. Então, resta difícil caracterizar os partidos políticos ideologicamente. Quando um setor da sociedade eventualmente consegue chegar ao poder e tem uma ideia inovadora, a fim de tentar levá-la adiante precisa do apoio dos que lá estão, e o apoio é sempre o mesmo. A base do governo Lula é a mesma base do meu governo, que é igual às bases de outros governos. O que muda eventualmente é a orientação da cúpula, e não propriamente a dos partidos. Conversei com Ricardo Lagos sobre esse tema no contexto do Chile, onde existem partidos mais organizados, e lá é a mesma coisa. Quantas vezes já chamei os líderes dos partidos que me apoiam e disse: “Eu sei que vou ganhar o voto no Congresso porque o Governo tem força. Vocês vão perder a eleição porque não vão defender com convicção o que tem que ser feito, vão votar porque tem medo e não querem “se queimar”. Essa é a vida partidária.

IB: Acho que essa prática dos pactos no Congresso é muito característica do Brasil

porque aqui há muitos partidos políticos, ao contrário de outros países. Além disso, o sistema eleitoral também a favorece.

Fernando Henrique Cardoso: Esta questão do sistema eleitoral é difícil de mudar, pelo fato de a Constituição ser muito libertária. Quando se propõe a mudança, a Suprema Corte não a aceita, por implicar a restrição do número de partidos políticos, o que não se aceita. Estamos, então, em uma espécie de armadilha.

AEB: Isto cria uma política personificada: tem-se pessoas, candidatos, mas não partidos por detrás. A solução para esse problema seria uma reforma da estrutura?

Fernando Henrique Cardoso: É isso mesmo. Vota-se atualmente em pessoas. Assim, por exemplo, sem o Lula, o que seria o Partido dos Trabalhadores? Para solucionar esse problema, exigem-se dois fatores: uma reforma cultural, com o conseqüente aumento da consciência das pessoas, e uma reforma do sistema eleitoral. A sociedade brasileira é fluida, de repente surge um líder carismático. Fernando Collor de Mello, por exemplo, elegeu-se assim. Da mesma forma, parece ter se destacado o (então) ministro Joaquim Barbosa como um homem forte. Tratamos aqui de personagens, lideranças carismáticas ou semicarismáticas.

AEB: O senhor conhece muito bem a realidade da Espanha e nela também há uma crise institucional. O senhor acredita que as causas sejam análogas às do Brasil?

Fernando Henrique Cardoso: Sim, são as mesmas causas, agravadas pela crise econômica, que não temos aqui. Lá os movimentos sociais são fortes. Talvez lá se tenha, inclusive, uma maior carência de figuras de referência nesse momento. Encampar ideias não serve. São necessárias pessoas que simbolizem essas ideias. A ideia é boa na universidade, mas as pessoas sentem muito mais o líder, que a expressa e simboliza. E a Espanha não tem ninguém nesse momento.

IB: O senhor acha que a crise do Estado Social na Europa é uma crise real? É preciso redefinir o Estado Social? Como redefinir? Por meio da privatização dos serviços sociais, por exemplo?

Fernando Henrique Cardoso: É preciso redefinir o Estado Social e essa não é uma tarefa fácil. Tal redefinição está ocorrendo à força. Porém, mesmo a privatização dos serviços sociais deve ter seus limites. O problema é que na busca de redefinição estatal surge um raciocínio oposto, que prega a racionalidade do mercado e a diminuição do Estado, o que também não resolve a questão, pois é preciso ter sempre um Estado ativo.

IB: E em um mundo globalizado como o nosso na atualidade, há condicionamentos externos ao próprio Estado. O mesmo ocorre com a crise política.

Fernando Henrique Cardoso: Os condicionamentos externos ao Estado são grandes. Mesmo na Espanha, Felipe González entendeu que havia um mundo exterior e juntou-se a ele. Não há mais uma solução específica. Tudo depende do conjunto ao qual se está inserido. Assim, por exemplo, a crise da Europa é a crise da comunidade europeia, e não apenas da Espanha. De outro lado, a Comunidade Europeia tem o sério problema da separação da política fiscal e da política monetária, o que não ocorre no Brasil. Aqui há choque entre a política fiscal e a monetária, mas ambas são comandadas pelo mesmo governo, restando mais fácil solucionar os problemas.

EDUCAÇÃO

AEB: Além de sua própria formação acadêmica, sua trajetória histórica, notadamente durante a atuação à frente do CEBRAP, releva a crença no pensamento não apenas instrumento de resistência ao autoritarismo, durante o regime militar, mas sobretudo como instrumento de transformação social. Nessa linha, em sua visão, qual é o papel da universidade hoje para o desenvolvimento social e democrático brasileiro?

Fernando Henrique Cardoso: O papel da universidade hoje está muito separado da vida, muito isolado, o que é uma pena. Ao mesmo tempo, como não pode viver isolada, a universidade conecta-se com outros mundos. Os bons departamentos das universidades estão conectados cientificamente, mas em relação ao fluxo social a universidade está desconectada. Não há na atualidade pensamento na política ou na economia que tenha saído da universidade ou que seja simbolizado por um de seus membros. As universidades fecharam-se muito, mas a questão é saber até que ponto e até quando isso será assim. Há departamentos e departamentos, universidades e universidades. Com o ritmo ditado pela globalização, a universidade vai ter que enfrentar essa questão, embora ainda não tenha uma solução.

Noto também que a universidade melhorou muito no tocante à qualidade, na medida em que se aprofundou em conhecimentos específicos. Mas perdeu-se a capacidade de gerar imagens intelectuais propriamente ditas, como projetos ou ideias que comuniquem para além da pesquisa simplesmente, que forneçam um sentido à dinâmica da sociedade. Ou seja, perdeu-se a qualidade vocal de expressão ampla da imagem do país, ou mesmo de moldar o país. E será que isso é realmente necessário? Não sei. É possível que a sociedade seja moldada por outras instituições e que a universidade continue se especializando, sem ter o peso que possuía no passado. Nos Estados Unidos, a universidade é assim, sem peso na vida política. Na Europa, por outro lado, a universidade sempre pesou, assim como no Brasil.

Talvez estejamos passando por uma fase de mudança mais profunda, que exige respostas que a universidade não mais pode oferecer. E essa situação vale também em outros âmbitos, assim como, por exemplo, o da imprensa, estando hoje a imprensa escrita em processo de diminuição. Não sei se é possível existir uma sociedade sem quadros de referência, papel ocupado pela universidade e pelos jornais. Talvez seja necessário renovar a universidade e/ou a imprensa para manter os quadros de referência. Na França havia a expressão “maître a penser”, referida a pessoas que orientavam. Na época em que eu estava na França, eram Sartre e Aron - fui aluno de Aron, mas eu gostava do Sartre. Hoje não sei se isso ainda existe, mesmo na França, pois há tanta gente que sabe tanta coisa, que opina tanto.

AEB: Durante seu governo, houve um movimento expansivo em relação às universidades privadas no Brasil. O senhor acha que a solução para as dificuldades em relação ao ensino superior no país passa pelas universidades privadas e em que medida as universidades públicas ainda mantêm a sua importância?

Fernando Henrique Cardoso: Esse fenômeno não ocorreu somente durante meu governo, continuando, na verdade, até hoje, em razão de ser uma questão do mercado, independente do governo. Continua havendo expansão do mercado privado, mas isso tampouco vai gerar ideias como no passado. A competição deve referir-se à qualidade técnica das escolas e até hoje as universidades públicas são melhores no Brasil, com uma ou outra exceção. Há um trabalho recente desenvolvido nos Estados Unidos que me impressionou muito, conforme o qual o financiamento das pesquisas naquele país é

atualmente maior no setor privado. Provavelmente o Brasil vai seguir nessa direção, mas há certa resistência. O setor público não possui recursos e também não quer aceitar os recursos privados, o que deixa as coisas um pouco paralisadas. De outro lado, não acho que a universidade privada substitui a pública. Até por razões democráticas é preciso ter um ensino público.

IB: Qual é a sua opinião sobre a linha de pensamento, muito comum hoje no Brasil e na Espanha, de que neste momento não importa tanto a filosofia, conferindo-se maior enfoque às ciências técnicas e experimentais em detrimento das ciências humanas e sociais?

Fernando Henrique Cardoso: A afirmação está certa apenas em parte, pois é um engano abandonar as ciências humanas e sociais. Abandoná-las acarretaria problemas políticos e de identidade.

AEB: Como o senhor avalia a atual política de cotas nas universidades públicas brasileiras? Essa política é de fato inclusiva?

Fernando Henrique Cardoso: Eu sou favorável às cotas, mas com cuidados. A experiência americana mostrou que é preciso ter limite para as cotas, pois se trata de um período de transição eu tem como objetivo fim conferir igualdade de oportunidades. Sou muito contrário a racialização. É melhor conceder bolsas para os pobres – e a maioria dos pobres não é branca - do que para negros. Até porque no Brasil é muito difícil utilizar a ideia de identidade racial, pois não se sabe quem é branco ou negro, dependendo tal conceito de uma autodefinição pelo indivíduo. Claro que isso não obscurece o outro lado, isto, é, o fato de que os negros foram desde a escravidão marginalizados e, por isso, deva haver medidas compensatórias.

Cada universidade tem resolvido a questão das cotas a sua maneira. Existe atualmente uma lei para uniformizar a questão. Acredito, porém, que não se deve uniformizar o tratamento do assunto, sendo melhor deixar cada universidade decidir do seu modo, desde que se busque sempre tentar igualar oportunidades. Assim, por exemplo, quando estava no Itamaraty, criei uma bolsa para negros que se preparavam para ingressar na carreira diplomática. Todos necessitavam, de todo modo, passar pelo concurso, a fim de não haver discriminação consistente no ingresso no Itamaraty apenas por ser negro.

AEB: Esse é um exemplo de uma política de fato inclusiva. Nas cotas para negros no ensino superior brasileiro o senhor vê uma política inclusiva?

Fernando Henrique Cardoso: Com relação as cotas, o medo que tenho é o da racialização, que seria um retrocesso.

AEB: Sobre a educação brasileira, o senhor acredita que a distinta titularidade dos níveis educativos (básica é municipal, média é estadual e superior é federal ou estadual) traz um problema potencial de descoordenação?

Fernando Henrique Cardoso: A escola pública de educação fundamental está situada basicamente na esfera municipal, com algum dinheiro federal, para assegurar certa igualdade. E isso deve mesmo ser assim, pois a manutenção de uma sociedade democrática está fundada em uma escola pública de qualidade. O problema é que a escola pública brasileira tem má qualidade. As pessoas comentam que no passado a

escola pública era boa. Isso é verdade, mas em boa medida porque a escola pública era para poucas pessoas. Quando se ampliou o acesso ao ensino, caiu sua qualidade. Há que se melhorar a qualidade da educação pública de ensino fundamental. E a meu ver independe ser privada ou pública a escola, desde que se concedam bolsas para quem não tem suficientes condições econômicas. De todo modo, quanto mais escolas públicas de ensino fundamental, melhor. É claro que sempre irão existir escolas privadas, por uma questão confessional - eu mesmo não estudei em escola pública no primário e secundário, mas apenas na universidade. Ainda assim, é muito importante que todos tenham a possibilidade de um curso primário na escola pública, o que democratiza mais a educação.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BRASILEIRO

AEB: Em suas palavras, “a política não é a arte do possível, é a arte de criar condições para tornar possível o necessário”. Contrapondo o Presidente ao sociólogo: como governante do Brasil, qual foi a seu ver a mais importante condição criada para possibilitar as necessidades sociais; por outro lado, como sociólogo, quais condições ainda nos falta estabelecer mais concretamente?

Fernando Henrique Cardoso: Sem dúvida, no meu caso, a mais importante condição criada para atender as necessidades sociais foi a estabilização da moeda, pois isso imediatamente levou ao aumento da renda. O nível de pobreza caiu de 40% a 30% em meses. A partir do aumento da renda, realizaram-se outras políticas, mas sempre mantendo a estabilização. Também tive muito empenho na questão de generalizar o ensino, a educação. Muito frequentemente vejo alardes dizendo que em meu governo priorizei a economia em relação ao desenvolvimento social, mas isso não é verdade. A questão é de oportunidade e momento. Por exemplo, o SUS não existia da forma como é hoje: com remédio genérico, acesso a remédio em casa para quem precisa, médico de família, atingindo cerca de 80 milhões de pessoas. Não se pode separar a economia do social. Enfim, sem dúvida no meu caso a principal condição criada foi a estabilização da moeda, que permitiu dar um pouco mais de sentido racional à vida das pessoas. Até então, não se tinha nem sequer orçamento, era uma ficção. De fato, quando fui Ministro da Fazenda o governo afirmava no orçamento que a inflação média era de 5% ao mês, enquanto o Congresso dizia ser de 10%, o que logicamente fazia dobrar o gasto, porque “havia dinheiro sobrando”. Ninguém tinha noção de medida. Portanto a estabilização da moeda foi muito importante.

AEB: As políticas de inclusão social, denominadas políticas de bolsa, implantadas durante o seu governo e expandidas nos governos posteriores, tiveram seu êxito no Brasil, mas o seu objetivo, nos moldes criados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, era de incluir os excluídos “até que”. Como suplantar essa arriscada dependência social e promover o desenvolvimento social desses indivíduos?

Fernando Henrique Cardoso: Esse é um problema. O governo agora começa a perceber que foi criada uma camada de dependentes do Estado. De fato, houve um aumento de, no mínimo, 50 milhões de pessoas que dependem do Estado, sem

contar os funcionários públicos, mas apenas aqueles que recebem subsídios. Existem várias categorias de subsídios, que até encontram justificativa em países pobres, mas até certo ponto, em períodos de transição de uma situação a outra, pois o objetivo é conferir independência à pessoa, e não criar uma dependência em relação ao Estado. No Chile, por exemplo, há um programa melhor, que acompanha o subsídio até que a pessoa consiga um emprego. No Brasil, de outro lado, é possível ao indivíduo manter a bolsa mesmo estando empregado. E ainda ampliou-se o programa de bolsas, que antes abrangia crianças de até 7 anos e agora alcança indivíduos de até 21 anos, bem como quem ingressou na universidade. Dessa forma, as bolsas tornam-se uma alternativa de vida. Claro que os subsídios são justificáveis diante da situação sócio-econômica brasileira, mas devem garantir a inclusão social, isto é, a criação de pessoas ativas e não dependentes. De todo modo, como haverá eleições neste ano no Brasil, ninguém discutirá o sistema de bolsas nesse momento.

AEB: O senhor defende que diante das inúmeras mudanças pelas quais passou o país, inclusive as impulsionadas pela Constituição Federal de 1988, o Brasil é hoje mais do que uma “economia emergente”; é uma “sociedade emergente” ou um “novo país”. Chama atenção positivamente o seu otimismo em relação ao futuro do país, mesmo diante das crises que temos assistido em tantos outros Estados, tais como os Estados Unidos e em geral os países europeus. Nessa linha, indago se é possível identificar uma estratégia de desenvolvimento no Brasil?

Fernando Henrique Cardoso: Acredito que é possível. Sou otimista porque vi o Brasil crescer. Tenho 82 anos e nasci numa sociedade rural, em que metade da população não usava calçado e era analfabeta. Tudo mudou e hoje temos um potencial humano enorme e nos organizamos mais. Nossos problemas mais preocupantes situam-se no âmbito econômico e alguns deles são conjunturais. As políticas energéticas do governo atual estão fracassadas: a Petrobras perdeu a capacidade de expansão, pois ficou muito endividada ao não se aumentar o preço da gasolina para controlar a inflação; o etanol deixou de ser alternativa porque o preço da gasolina é tão baixo que não permite a competição; ainda, as hidrelétricas estão todas quebradas por medidas erradas do governo. Nesse contexto, observa-se que se adotaram medidas erradas, que levam tempo para corrigir, mas se corrigem.

Existem outras questões que são mais preocupantes. A taxa de produtividade média do país está caindo. Esse não é um problema decorrente da pouca capacidade tecnológica das empresas, mas sim da grande carga tributária, da limitação dos portos, do alto custo da energia e da ausência da educação. Tais questões não são de curto prazo, exigindo reformas, assim como a aceleração da incorporação educacional de pessoas e a criação de incentivos à competição. E o Brasil pode responder a um programa de recuperação da produtividade. Não se muda do dia para a noite, mas há a possibilidade de mudança. Além disso, observo que o Brasil se isolou do mundo sob o ponto de vista comercial. Possuímos atualmente muita dificuldade em exportar produtos manufaturados. Na indústria, por outro lado, importa-se. A produção externa compete com a interna, e nossa produção não consegue ganhar, em razão dos preços mais baixos praticados fora, decorrentes da maior capacidade de produtividade. De fato, pensava-se que o problema fosse o câmbio, mas a questão é outra. O setor industrial, inclusive o emprego industrial, tem diminuído no país. Existe bastantes empregos, mas são em geral de baixa remuneração, isto é, até dois salários mínimos, e para mudar esta situação vai levar tempo. Também ficamos muito isolados porque não fizemos acordos comerciais com o resto do mundo. O Brasil tem a síndrome de país grande -

como tiveram os Estados Unidos no século XIX -, pensando que se resolveria tudo aqui dentro. Sem dúvida, o mercado é grande, mas isso já não basta. Conhecemos nossos problemas e é possível equacioná-los e levar o Brasil adiante. Por isso, não há dúvida que continuamos tendo possibilidades de futuro. Ao ler o jornal “The Economist”, parece horrível a situação brasileira, mas se trata de uma visão muito momentânea.

IB: O senhor acredita que os recursos humanos podem limitar o desenvolvimento social?

Fernando Henrique Cardoso: Sim, os recursos humanos já estão limitando o desenvolvimento social. É preciso possibilitar mais a importação de pessoas, reconhecer diplomas de outros países, trazer pessoas para o Brasil. Este é o tripé educação, tecnologia e inovação.

IB: Como o Brasil é um país muito grande, tinha uma tendência de crescimento excelente e agora passa por uma reavaliação sobre o seu papel no mundo. Qual é o papel desenvolvido pelo Brasil no Mercosul?

Fernando Henrique Cardoso: O papel do Brasil é pequeno e perdeu muito espaço na América do Sul, pois os países do pacífico foram mais dinâmicos. O pessoal denominado “bolivariano” tem influência muito grande e o Brasil ficou paralisado por questões ideológicas, sendo difícil entender nosso atual papel no mundo.

IB: Há um artigo de Carlos Fuentes, de aproximadamente 5 anos atrás, que falava sobre a necessidade de um eixo México-Brasil. O que o senhor pensa sobre o tema?

Fernando Henrique Cardoso: Eu concordo. Nós ficamos muito afastados do México, que terá um momento de avanço muito grande, pois vai se beneficiar muito com o barateamento da energia americana. Enquanto isso, o Brasil passa por um momento de paralisação, que pode ser percebido pela existência de um certo mal estar na sociedade, com a queda da avaliação do governo.

GLOBALIZAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

AEB: A globalização tem levado à emergência da concepção de humanidade como sujeito de uma ordem global. Essa ideia traz, além de uma série de benefícios, inúmeras indagações, a começar pela possibilidade de coexistência entre essa ordem global e os Estados nacionais. Como podemos assegurar hoje a legitimidade dessa ordem emergente, sem confundir valores universais com interesses particulares?

Fernando Henrique Cardoso: A ideia de uma ordem jurídica universal é um tema kantiano do século XVIII. Não creio que se terá uma ordem global. É necessário alcançar alguns entendimentos globais e nós avançamos pouco nesse tema. A ordem global existente hoje é resultante da Segunda Guerra Mundial, tendo as instituições permanecido as mesmas desde então. Além disso, o que se tem hoje são instituições ad hoc, como o G-20, o G-8, que não possuem institucionalidade propriamente dita (reúnem-se, fazem pressão, mas não tem como implementar suas medidas). O que se

tem para implementar é, na verdade, o que ficou de antes, sobretudo na parte financeira, e sobre isso não se avançou muito.

Acredito ser muito difícil imaginar a existência de uma ordem jurídica universal. Seria necessário haver uma forma de acomodação das várias diferenças regionais. De outro lado, ser global não significa ser homogêneo. Por isso, mesmo com a globalização subsistem as diferenças culturais. Podem existir valores universais, como a intolerância à tortura ou a igualdade entre homem e mulher, mas não o são a forma de organização política ou a forma cultural. O mundo ocidental tem dificuldade em aceitar o outro. Veja-se, por exemplo, os Estados Unidos, que ainda não conseguiram aceitar a Rússia como potência não inimiga após o fim do comunismo. Conseguiram aceitar melhor a China, pois entenderam que esse país não poderia ser deixado à margem – sobre esse tema é muito interessante o livro *On China*, de Kissinger. Já a Rússia e o mundo islâmico foram deixados à margem. Sobre a América Latina nem se fale, pois essa nem sequer é notada. Isso não pode continuar assim. Ter-se-á que reconhecer parceiros e suas diferenças e, a partir disso, identificar a regra que possibilita combinar o jogo. Esse é o âmbito em que é possível pensar em uma organização global. Não penso em termos kantianos, mas em termos mais modestos.

AEB: O senhor afirma que a riqueza e diversidade da cultura brasileira trazem ao país uma certa excepcionalidade por ser diferente. Em que medida o senhor vê o caráter positivo desse multiculturalismo para o desenvolvimento do país?

Fernando Henrique Cardoso: Entendo que isso é positivo. É claro que há diferenças internas muito grandes, mas é diferente. Por exemplo, compara-se o Brasil aos Estados Unidos, onde também há diversidade. Os americanos só aceitam o diferente por causa da lei. Aqui não, aceita-se mais facilmente o outro, apesar de ninguém ligar muito para a lei. No Brasil, por exemplo, não se tem uma cultura negra ou branca, ela é a mesma. A assimilação cultural é maior do que a do sangue. A aceitação não foi fácil, mas se tem a mesma cultura e isso é uma vantagem, é o soft power. Podemos usar, a despeito da desigualdade, uma capacidade de aceitação muito maior. Os americanos não são assim, eles não gostam do desigual. Nós aceitamos melhor o diferente. Tudo isso com *granus salis*, pois nos extremos, para quem está na base ou no topo da sociedade, não é assim. Mas essa é uma característica da qual se pode tirar proveito.

Estudei muito sobre raça e negros no Brasil para meus livros iniciais. Fiz uma pesquisa histórica e de campo. Fiquei muito chocado ao descobrir que, no sul do Brasil, por uma razão que até hoje não entendo, os negros não podiam entrar na mesma piscina dos brancos, nem mesmo no remo. A água deveria trazer alguma questão psicanalítica. Por que a água não? Então os negros criaram clubes de regatas e de natação. Isso me marcou muito, por descobrir a realidade brasileira. Hoje ainda é assim, o Brasil continua marcado por distinções sociais.